

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Ata da 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Americana/SP, em 28/09/06.

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia. Polícia Ambiental	André Luiz Pereira Leite Vianna
ABCON	Enio Campana
AEAA da Região Bragantina	João Roberto Miranda
ASSEMAE	Alberto José Mendes Gomes
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
BRACELPA	Eduardo Lovo Paschoalotti
CETESB	Alberto Degrecci Neto
CETESB	Jorge Luis Silva Rocco
CODASP	Antonio Carlos Scomparim
CODEN	Arlindo Donato dos Santos
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
Consórcio PCJ	Marcelo A. Costa Batista
DAE Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
DAEE	Luiz Roberto Moretti
Fórum Sociedades Civas	Filipe M. Gonçalves Becari
FUMEP	Walter Antonio Becari
Fundação Florestal	Márcia Calamari
GRUDE	Geraldo A. Baptista
IGAM-MG	Marília Melo
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Americana	Cláudio Rodrigues Amarante
P.M. de Americana	Erich Hetzl Junior
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antonio Sacilotto
P.M. de Atibaia	Carlos Roberto Belani Gravina
P.M. de Atibaia	José Roberto Tricoli
P.M. de Bragança Paulista	Antonio Pádua Oliveira Mello
P.M. de Cabreúva	Gláucia Cristiane de Souza
P.M. de Campinas	Maria Fernanda Spina Chiocchetti
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Indaiatuba	Vanessa C. do Carmo Kühn
P.M. de Limeira	Richard Drago
P.M. de Louveira	José Maria Drezza
P.M. de Mombuca	José Roberto Carvalho
P.M. de Monte Mor	Leonel Melichenco
P.M. de Morungaba	Nilce Rosa Cavallini Sabino
P.M. de Nova Odessa	Carlos Augusto dos Santos
P.M. de Pedreira	José Moretti Neto
P.M. de Piracaia	Terezinha das G. S. Peçanha
P.M. de Piracicaba	Vlamir Augusto Schiavuzzo
P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi
P.M. de Salto	Márcio Mendes da Silva
P.M. de Santa Bárbara D'Oeste	Regina Aparecida Ribeiro
P.M. de Santa Gertrudes	José Augusto Rego B. Seydell
P.M. de Socorro	Marcos José Lomonico
P.M. de Sumaré	Humberto Crivelaro
SAA	Emílio Sakai
SABESP	Francisco José de Toledo Piza
Sec. Assistência Social	Maria Ap. Ribeiro Germek
Secretaria da Fazenda	Alberto Penno Júnior

Secretaria da Saúde	Marcos César Prado
SERHS	Luiz Roberto Moretti
SERHS	Rui Brasil Assis
Sind. Rural de Indaiatuba	James Alexandre M. Landmann
Sindicato. Rural de Jundiá	Wilson Agostinho Bonança
Sindi. Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
Terceira Via	Edwaldo Luiz de Oliveira
UNICAMP	José Teixeira Filho
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
AAEA - Artur Nogueira	Edmo José Stahl Cardoso
FEAM-MG	Carmen Lúcia Santos Silveira
Ministério da Saúde	Johnny Ferreira dos Santos
Ministério do Planejamento	Paulo Roberto Checchia
Piracicaba 2010	Ayri Saraiva Rando
SAA	Vicente Antonio Cancellero Filho
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
SNSA-Min. das Cidades	Sérgio Antônio Gonçalves
SRH-MMA	Márley Caetano de Mendonça
UNICA	André Elia Neto

Aos 28 dias do mês de setembro de 2006, nas dependências do Salão do Clube do Bosque, em Americana/SP, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 125 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “*Relação dos Membros dos Plenários - Presentes*” apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue:

5 Rui Brasil Assis (SERHS); Eduardo Lovo Paschoalotti (Vice-presidente dos Comitês PCJ); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); José Roberto Tricoli (Prefeito de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ); Erich Hetzel Jr. (Prefeito de Americana);

15 Marília Carvalho de Melo (representando o Diretor-presidente do IGAM); Michico Ishihara (representando o Presidente da CETESB); Luiz Fernando Carneseca (representando o Superintendente do DAEE) e Francisco Carlos Castro Lahóz (Coordenador Geral da Agência PCJ).

20 **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou a todos os componentes da mesa para tomarem seus lugares e a ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, foi passada a palavra ao Prefeito de Americana, município anfitrião, para as saudações iniciais. O Sr. Herich Hetzl Jr. agradeceu a presença de todos, destacou a importância da reunião,

30



Ata da 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Americana/SP, em 28/09/06.

pelos temas a serem abordados, e passou a palavra ao Sr. Tricoli. Na sequência, o Prefeito de Atibaia e Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Tricoli, agradeceu a presença de todos, ressaltou os assuntos a serem abordados na reunião e o processo de condução dos trabalhos, dando como aberta a reunião. Passou a palavra ao Sr. Moretti para divulgar os informes da Secretaria Executiva. **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti destacou a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, de São Paulo, em reunião do dia 04/09/06, da Deliberação nº 063, que aprovou os limites e condicionantes para que os comitês pudessem elaborar suas propostas de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, ressaltando a pretensão dos Comitês PCJ iniciarem a cobrança na sua área de atuação já em janeiro de 2007. **3.2. da Agência PCJ:** O Sr. Francisco Lahóz informou que: 1) os contratos com a Caixa Econômica Federal - CEF, num total de 17, já foram assinados; 2) foram arrecadados com a “cobrança federal”, R\$ 7 milhões, sendo que R\$ 6 milhões já estão na conta da Agência PCJ, e que os recursos arrecadados levam aproximadamente 30 dias para serem repassados à Agência PCJ, em face de trâmites burocráticos; 3) o Relatório de Situação 2004/2007 já foi licitado e sua conclusão está prevista para maio de 2007 e solicita a colaboração dos municípios para responderem aos questionários que subsidiarão os trabalhos; 4) as metas do Contrato de Gestão foram atingidas e a ANA aprovou os 6 primeiros meses do contrato; 5) a Agência PCJ contratou o desenvolvimento de um novo “site” para oferecer mais agilidade na divulgação dos trabalhos; 6) o Plano de Bacias 2008/2011 está com o seu Termo de Referência sendo elaborado, e 6) falou sobre a execução do Ciclo de Debates e Cursos de Capacitação para os Tomadores de recursos do FEHIDRO e Cobranças PCJ. **4. Assuntos a Deliberar:** O Sr. Moretti informou sobre o workshop para subsidiar a elaboração do Termo de Referência para o Plano de Bacias 2008/2011 e seus participantes. Informou sobre o pleno estabelecimento do quorum e relacionou as entidades que estavam representadas na reunião e devolveu a palavra ao presidente dos Comitês PCJ para prosseguimento da reunião. **4.1. Leitura e Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O presidente dos Comitês PCJ, Sr. Tricoli, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ, realizada em Bragança Paulista/SP, em 05/05/06. O Sr. Geraldo Baptista solicitou que constasse na ata sua manifestação contrária ao financiamento com recursos financeiros do FEHIDRO e Cobranças PCJ para empreendimentos relacionados à execução de canalizações. Não havendo mais manifestações dos Plenários, a Ata foi colocada em votação, com a inclusão solicitada pelo Sr. Geraldo, sendo aprovada por

90 unanimidade. **4.2. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 046/2006: “Referenda Ato do sr. Presidente do CBH-PCJ, tomados por meio de Deliberação Ad Referendum”:** O Sr. Tricoli explicou os motivos pelos quais as Deliberações nºs 043, 044 e 045 foram feitas pela Presidência, “Ad Referendum” dos Plenários, e abriu a palavra aos Plenários para manifestações. Não havendo manifestações, o Sr. Tricoli coloca a minuta em processo de votação e não havendo nenhuma manifestação de contrária ou abstenção, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 047/2006: “Aprova inclusão do Município de Mogi Mirim nos Plenários dos Comitês PCJ”:** O Sr. Tricoli informa que o município de Mogi Mirim, meio de ofício do seu Prefeito, Sr. Carlos Nelson Bueno, solicitou a participação nos Plenários dos Comitês PCJ e passou a palavra ao representante do município, Sr. Rogério Esperança, para manifestar-se. Após a manifestação do Sr. Rogério, abriu-se a palavra aos Plenários e não havendo manifestações, o Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação em processo de votação. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, a minuta da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 047/2006, foi aprovada por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 048/2006: “Aprova a proposta para implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e dá outras providências”:** O Sr. Tricoli novamente explicou a forma de condução da votação e colocou a Minuta de Deliberação em processo de discussão. Não havendo manifestações, colocou em votação e, não havendo votos contrários ou abstenções, foi aprovada por unanimidade. O Sr. Moretti informou a necessidade de alguns ajustes na redação do Artigo 4º. O Sr. Piza recomendou que fosse mencionada a Resolução CONAMA 357 no Artigo 8º. O Sr. Paschoalotti destacou o trabalho do Grupo Técnico da Cobrança, e demais envolvidos, e parabenizou a todos. A Sra. Marília Melo informou que Minas Gerais também está trabalhando para a implementação da cobrança mineira e parabenizou a todos pelo belo trabalho. O Sr. Rui Brasil destacou o pioneirismo dos Comitês PCJ parabenizando a todos pelo trabalho desenvolvido que, certamente, servirá de referência para outros comitês. O Sr. Carneseca parabenizou a todos pelo trabalho, ressaltando que os Comitês PCJ trazem mais um marco para o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos paulista e destacou o empenho do DAEE, através do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo seu pessoal, para identificar os usuários e assim iniciar a cobrança. O Sr. Francisco Lahóz destacou o empenho do Sr. Moretti e parabenizou a ousadia dos Comitês PCJ, também, nesta empreitada e informou que a Agência PCJ está fazendo



Ata da 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Americana/SP, em 28/09/06.

145 as parcerias necessárias para o bom andamento da
cobrança. O Sr. Tricoli cumprimentou a todos que
participaram desse trabalho, que julgou extremamente
positivo. Ressaltou que a cobrança é apenas um
instrumento dentre outros vários e as entidades, agentes
públicos federais, estaduais e municipais têm sua
150 responsabilidade no processo. O Sr. Moretti explicou
que, com a aprovação desta Deliberação, o passo
seguinte é encaminhar um relatório, ao CRH, sobre tudo
o que foi aprovado pelos Comitês PCJ, referente à
cobrança, explicando aos membros do CRH tudo o que
155 os Comitês PCJ fizeram e como fizeram. Solicitou a
ajuda dos membros dos Comitês PCJ, que também são
membros do CRH, para auxiliarem no trabalho para se
aprovar a proposta dos Comitês PCJ naquele Conselho
com conseqüente encaminhamento ao Governador do
160 Estado. Falou sobre o trabalho que vem sendo
desenvolvido pelo DAEE e pela CETESB visando à
elaboração de um cadastro atualizado dos usuários, que
possa estar disponível em janeiro de 2007, para que a
cobrança possa ser iniciada. Destacou o trabalho do GT-
165 Cobrança e da CT-PL no que tange às fórmulas e
equações utilizadas para as cobranças federal e estadual
e ressaltou que ainda existe muito trabalho pela frente.

**4.5. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês
PCJ nº 049/2006: “Aprova os procedimentos para o
170 mecanismo diferenciado de pagamento do
“ValorDBO” previsto na cobrança pelo uso dos
recursos hídricos de domínio da União, nas bacias
hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá.”:** O Sr. Moretti explicou os motivos pelo qual a
175 deliberação não havia sido enviada pelo correio e
informou que foi encaminhada por e-mail e fax. O Sr.
Tricoli abriu a palavra para a manifestação dos Plenários
PCJ e não havendo manifestações, colocou a minuta da
deliberação em processo de votação, sendo aprovada por
180 unanimidade, sem alterações.

**4.6. Minuta de
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 050/2006:
“Aprova calendário e constitui Comissão Eleitoral
para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ
185 FEDERAL), para o mandato 2007/2009, e dá outras
providências.”:** O Sr. Moretti iniciou explicando as
dificuldades enfrentadas nos processos eleitorais
anteriores e que a proposta apresentada na Minuta de
Deliberação em discussão visa simplificar e reduzir as
dificuldades detectadas. Destacou, dentre as novidades
190 propostas, a pré-habilitação de entidades que já
participaram dos Plenários em qualquer mandato; a
votação em Seções Eleitorais espalhas pelas bacias e a
necessidade de criação de uma Comissão Eleitoral. O Sr.
Tricoli abriu a palavra aos Plenários. O Sr. Geraldo
195 Baptista manifestou seu interesse em ampliar a
participação das entidades da sociedade civil e da
necessidade de discussão visando a separação dos
Comitês PCJ, visando uma maior participação do
segmento sociedade civil. O Sr. Moretti explicou que

200 para que estas mudanças aconteçam é necessário que
ocorram mudanças no Estatuto do CBH-PCJ e no
Regimento Interno do PCJ FEDERAL, destacando,
ainda, que pelas legislações federal e estadual, os
Comitês são compostos com paridades pré-estabelecidas,
205 sendo que o acréscimo do número de representantes de
um determinado segmento implicará, automaticamente,
no aumento proporcional dos representantes dos demais
segmentos, mas que o assunto pode ser discutido no
âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. Rui Brasil manifestou-se
210 favorável à atual organização e integração dos comitês e
considerou como curto o espaço de tempo decorrido
entre a implantação do comitê federal (4 anos), integrado
com o comitê estadual, para se tirar conclusões sobre
essa integração. O Sr. Geraldo considerou necessário,
215 para o futuro, novos estudos sobre a estrutura dos
Comitês PCJ e conseqüente ampliação da participação
da sociedade civil nos Plenários. Não havendo mais
manifestações, o Sr. Tricoli colocou a minuta de
deliberação em votação, que foi aprovada por
220 unanimidade, sem alterações. Conforme acordado
durante a aprovação desta deliberação, ao final dos
assuntos a deliberar foram apresentadas as entidades que
comporão a Comissão Eleitoral, mencionada na
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 050/06,
225 conforme segue: 1) Presidente e Secretário-executivo
dos Comitês PCJ; 2) Representantes dos usuários:
BRACELPA, ASSEMAE e GRUDE; 3) Representantes
da Sociedade Civil: AEAA da Região Bragantina,
Consórcio PCJ e SORIDEMA; 4) Representante dos
230 municípios paulistas: Prefeitura Municipal de Mombuca;
5) Representante dos municípios mineiros: Prefeitura
Municipal de Extrema; 6) Representante do Governo do
Estado de São Paulo: SMA; 7) Representante do
Governo de Minas Gerais: IGAM. Os representantes dos
235 órgãos e entidades serão os mesmos indicados para a
participação nos Plenários.

**4.7. Minuta de Deliberação
Conjunta dos Comitês PCJ nº 051/2006: “Altera
redação com a inclusão de ação no PDC 4 do Plano
das Bacias PCJ 2004/2007”:** O Sr. Tricoli abriu a
240 palavra aos Plenários. O Sr. Wilson Bonança solicitou a
mudança no artigo 1º mencionando-se “projetos piloto”
no lugar de “projeto piloto”. O Sr. Moretti destacou que
o Plano em questão é vigente até 2007 e que
provavelmente não aparecerão vários pedidos de
245 recursos financeiros no tópico em questão, mas que não
via problema na alteração sugerida. O Sr. Rui Brasil
solicitou esclarecimentos sobre os termos “provedor” e
“produtor de água” e sugeriu “protetor de água”.
Solicitou informação, ainda, sobre o projeto contemplar
250 apenas corpos d’água caracterizados como
“mananciais”, por entendê-los como sendo aqueles que
servem ao abastecimento de água para algum uso. O Sr.
Moretti explicou que o termo empregado originou-se do
“programa produtor de água” da ANA, utilizado como
255 base, mas que, no âmbito dos Comitês PCJ se está



Ata da 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Americana/SP, em 28/09/06.

considerando o termo “ou similar”, como é o exemplo de projeto no município de Extrema, no qual se adotou a nomenclatura “produtor conservador de água”. Sobre a caracterização de “mananciais”, apesar do questionamento ser pertinente, considera que, no caso das Bacias PCJ, não existe este problema, pois existem muitos usos ao longo de todos os cursos d’água principais, caracterizando seus afluentes como pertencentes a bacias que podem ser consideradas mananciais também. O Sr. Paschoalotti manifestou a necessidade de análise pela CT-PL sobre o programa em pauta, uma vez que os agricultores não pagam pela cobrança e têm, com esse programa, a possibilidade de receberem recursos advindos da cobrança. O Sr. Bonança manifestou-se explicando que a sociedade tem que ver os agricultores como parceiros de importância estratégica na preservação dos recursos hídricos e que institucionalmente o setor é favorável à cobrança, ressaltando que há necessidade de se promover a conscientização dos agricultores sobre a questão para a sua efetiva contribuição. Destacou, ainda, que na cobrança federal os agricultores já contribuem. O Sr. Alberto Gomes externou sua preocupação em manter “projetos” no plural e o conseqüente aparecimento de projetos de qualidade questionável. O Sr. Bonança contra-argumentou que as Bacias PCJ são relativamente grandes e com características distintas dependendo da região, o que justificaria quantos “projetos pilotos” fossem necessários, desde que em pontos distintos das bacias. Não havendo mais manifestações, o Sr. Tricoli colocou a minuta da deliberação, com a proposta de mudança do artigo 1º para “projetos”, e não havendo votos contrários e abstenções, teve sua aprovação por unanimidade. **4.8. Minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 052/2006: “Define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das cobranças (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2007, e dá outras providências”:** O Sr. Tricoli abriu a palavra aos Plenários. O Sr. Dalto Brochi solicitou informações sobre o fato do pleito de Piracaiá não estar contemplado na Minuta apresentada como sendo de caráter regional. O Sr. Moretti explicou que a indicação será feita em outra deliberação, após tratativas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e Agência PCJ, juntamente com a Prefeitura Municipal de Piracaiá, para saber a contrapartida, o trecho a ser canalizado, etc., para um posterior encaminhamento e apreciação da CT-PL. O Sr. Geraldo Baptista solicita esclarecimentos sobre o seu pedido, feito na reunião de Bragança Paulista, sobre a não liberação de recursos financeiros para projetos e obras de canalização e drenagem, dizendo que na CT-PL houve um consenso por essa atitude no que tange aos repasses de recursos financeiros do FEHIDRO e Cobranças PCJ. O Sr. Moretti explicou

que, apesar do assunto ter sido discutido no âmbito do GT-Critérios e CT-PL, não houve deliberação nesse sentido. A Sra. Regina Ribeiro, Sra. Marília Melo, Sr. Eduardo Paschoalotti, Sr. Sérgio Razera e Sr. Francisco Lahóz, membros do GT-Critérios e CT-PL, manifestaram-se esclarecendo que nas reuniões dos grupos citados foi discutido o problema de Piracaiá, convergindo no sentido que o pleito é de caráter excepcional, com abrangência regional e que a proibição de liberação de recursos financeiros para projetos e obras de canalização e drenagem não foi deliberada pelos grupos. O Sr. Moretti ainda explicou que havia proposto na época para que se estudasse melhor essa proibição, destacando que em determinados municípios esse tipo de intervenção é extremamente necessário. Ressaltou ainda que canalizações fechadas não são mais autorizadas pelo DAEE, exceto nos casos que haja concordância do Ministério Público. O Sr. Marcos Lomônico propõe que no artigo 4º, para projetos de educação ambiental e recuperação florestal, o valor mínimo passe para R\$ 30 mil. O Sr. Carlos Aquino sugere a inclusão de um item “g” no inciso I do artigo 6º, que é a elaboração de estudos sobre unidades de conservação. A Sra. Márcia Calamari explicou a forma de emprego dos recursos correspondentes aos 0,5% de investimentos em empreendimentos para compensações ambientais, ressaltando que esses são previstos em legislação federal. O Sr. Edwaldo Barbosa solicita a inclusão de um item “h” no artigo 6º sobre uso racional da água na agricultura irrigada, argumentando que já existia tal critério no ano anterior e que era assunto já discutido na CT-Rural. O Sr. Alberto Gomes destaca que tal pedido deveria ter sido apresentado no GT-Critérios e na CT-PL. O Sr. José Penatti também manifestou-se informando que, mesmo fazendo parte da CT-Rural, considera que o assunto deve ser melhor discutido no âmbito da CT-Rural. O Sr. Rui Brasil externou sua preocupação em relação à expressão “caráter regional”. Explicou sua origem e objetivos, ressaltando que a qualquer momento o Conselho do FEHIDRO poderá “normatizar” esses empreendimentos. Encerradas as manifestações, o Sr. Tricoli iniciou o processo de votação das propostas apresentadas. A proposta de alteração do artigo 4º sobre a redução do valor dos projetos de educação ambiental e recuperação florestal para R\$ 30 mil foi aprovada por unanimidade. A manutenção do formato original do artigo 6º, após votação, foi escolhida com 1 abstenção e 1 voto contrário. O Sr. Rui Brasil propôs a alteração do calendário, atrasando em 7 dias as datas apresentadas, para que houvesse tempo de disponibilizar o Sistema de Proposta Eletrônica do FEHIDRO. O Sr. Tricoli colocou a proposta de alteração do calendário em votação, sendo aprovada por unanimidade. Por fim, sem mais manifestações, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade, com as alterações já mencionadas. **5.**

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Ata da 4ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em Americana/SP, em 28/09/06.

Manifestação de Autoridades. O Sr. Tricoli informou sobre a Moção da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê propondo a assinatura de um termo de cooperação técnica entre as Agências do Alto Tietê e PCJ para a troca de experiências e passou a palavra ao presidente da Agência do Alto Tietê, Prof. Miron da Cunha, para manifestação. O Prof. Miron parabenizou a todos pelo objetivo alcançado e ressaltou a importância deste trabalho conjunto, destacando que ambos os Comitês encontram-se na mesma grande bacia, que é a do rio Tietê. O Sr. Tricoli sugeriu que o assunto fosse delegado à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e à Agência PCJ, colocando para a apreciação dos Plenários e posterior votação, sendo aprovada por unanimidade. **6. Encerramento:** o Sr. Tricoli abriu a palavra aos presentes para quaisquer manifestações. O Sr. Petrus

385 Weel propôs que fossem feitos estudos, no próximo ano, no sentido de agrupar os 2 Comitês em 1 só, alegando haver divergências, dentre outros tópicos, na questão da cobrança pelo uso da água, que tem índices diferenciados para o federal e o estadual. O Sr. Tricoli concordou com a proposta e abriu novamente para manifestações. Não havendo mais pedidos de manifestação, o Presidente dos Comitês PCJ, José Roberto Tricoli, agradeceu a presença de todos, a recepção e hospitalidade da Prefeitura Municipal de Americana, lembrando aos presentes que haverá nova reunião Plenária no final do mês de novembro ou início do mês de dezembro, e que a convocação será encaminhada oportunamente. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SÉRGIO ANTONIO GONÇALVES
3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL